

A POLÊMICA DOS ALIMENTOS COM OS BIOCOMBUSTÍVEIS

*Amélio Dall'Agnol**

A humanidade está diante de um impasse: utilizar terras agricultáveis para produzir biocombustíveis - uma energia renovável e limpa - e dessa forma ajudar o planeta a salvar-se dos efeitos catastróficos dos gases que promovem o aquecimento global; ou utilizar essas terras para produzir mais alimentos e salvar o homem da desnutrição e da fome. Esta polêmica iniciou-se com a decisão dos Estados Unidos de utilizar parte da sua monumental produção de milho (cerca de 340 milhões de toneladas), para produzir etanol, reduzindo sua dependência externa de petróleo, importado de nações não confiáveis, assim como, amenizar as críticas da sociedade internacional contra a postura americana de negar-se a assinar o Protocolo de Kioto.

Mas tem muita ignorância e hipocrisia nessa polêmica. É verdade que terras antes destinadas à produção de alimentos agora produzirão biocombustíveis, mas, também, é verdadeiro afirmar que o planeta conta com muitas áreas aptas e disponíveis para produzir mais comida e só não o faz porque o mercado não o está exigindo.

Mas há fome no mundo, argumentam os críticos da bioenergia, intuindo que parte da culpa poderia ser dos biocombustíveis, o que não é verdade. Nosso planeta está produzindo mais comida do que o necessário para alimentar seus atuais 6,5 bilhões de cidadãos. Segundo a FAO, os alimentos que produzimos seriam suficientes para alimentar 12 bilhões de seres humanos, não fosse o desperdício dos que têm muito (ricos que habitam em países ricos quanto em países pobres) e as enormes perdas que ocorrem desde os centros de produção até os centros de consumo – tanto nos países ricos quanto nos pobres. É um paradoxo: mas tem alimento sobrando onde tem gente passando fome.

É preciso reconhecer que quando cultivamos plantas energéticas, também produzimos alimentos. A cana e o milho que produzem o etanol, também fornecem o açúcar que alimenta humanos e uma montanha de farelo (DDG), que alimenta animais que produzem carne, ovos e leite. A soja, tanto nos fornece o óleo que alimenta o homem quanto produz o biodiesel que impulsiona o automóvel, mas fornece, principalmente, montanhas de farelo protéico que produz a carne nossa de cada dia: bovina, suína e de frango. O dendê não fornece farelos protéicos, mas produz uma enorme quantidade de óleo que serve, não apenas para produzir o biodiesel que enche o tanque do nosso carro, mas, também, a matéria prima que utilizamos para cozinhar os alimentos e elaborar margarinas que nos alimentam.

A bem da verdade, o esforço que empenhamos na produção da matéria prima para os biocombustíveis, não tem resultado em diminuição na produção de alimentos, apenas tem deslocado a produção de algumas culturas: soja e milho, por exemplo, cederam espaços para a cana, em áreas de menor declividade da Região Centro Oeste. Sua área total cultivada, no entanto, aumentou. Áreas com pastagens cederam lugar para a soja, o milho e o

algodão, mas sem afetar a produção da carne bovina, em virtude da melhoria no manejo das pastagens restantes, que resultou no aumento da produtividade, que compensou a perda. Apenas melhorando a produtividade das pastagens, milhões de hectares poderiam ser liberados para integrar o processo produtivo de bioenergias, sem afetar a produção de alimentos. O Brasil possui 220 milhões de hectares de pastagens (120 milhões nativas e 100 milhões melhoradas), dos quais 80 milhões são pastagens degradadas de baixíssimo rendimento (30 kg de carne/ha/ano).

Considerando apenas a possibilidade de transformar essa área degradada (30 kg de carne/ha/ano) em pastagem melhorada (60 kg de carne/ha/ano), manteríamos a quantidade de carne produzida e liberaríamos 40 milhões de hectares para produzir bioenergia, que, se cultivada com cana, poderia produzir 280 bilhões de litros de etanol/ano, equivalente a mais de 10 vezes o consumo brasileiro de gasolina ou suficiente para substituir 12,6% da gasolina consumida no mundo.

Mas se, além de melhorar a pastagem degradada, a adubássemos, irrigássemos, integrássemos a produção agrícola com a pecuária, suplementássemos com sais minerais a alimentação de pasto e confinássemos os bovinos para o engorde, nossa capacidade de produção de carne passaria de 30 para 1.125 kg de carne/ha/ano. A lotação passaria de 0,7 para 9 bovinos/ha/ano e o tempo de abate poderia ser reduzido de 48 para 12 meses. Em 2,5 milhões de hectares seria produzida mais carne do que nos 80 milhões de hectares degradados. Mais de 77 milhões de hectares seriam liberados para produzir biodiesel, etanol ou mais alimentos. Esse milagre se consegue usando mais o cérebro e menos os músculos. Em outros termos, usando mais tecnologia, que, para ser gerada precisa de investimentos do Governo e do setor privado.

A crescente demanda por mais alimentos e por mais energia vai nos levar à necessidade de processar essa mudança. Esse dia ainda está longe, mas chegará. A necessidade nos obriga.

** Natural de Erechim, RS. Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Pelotas, RS. MSc e PhD pela Universidade da Flórida, EUA. Pesquisador da Embrapa desde 1975. Contatos: amelio@cnpso.embrapa.br*